

Acordo de Paris dá folga de US\$ 1 bilhão

Os credores oficiais
não exigirão pagamentos
de juros até o primeiro
trimestre de 1990

REALI JÚNIOR
Correspondente

PARIS — O acordo concluído na madrugada de sábado junto ao Clube de Paris dará ao governo brasileiro uma folga financeira significativa, acima de US\$ 1 bilhão, quantia que o país não vai precisar desembolsar até o final do primeiro trimestre de 1990. Isso quer dizer que, até essa data, o atual governo não terá que pagar um cruzado sequer de sua dívida junto a essa instituição — superior a US\$ 17 bilhões entre juros e principal. Esses são alguns dos aspectos mais positivos do acordo obtido após dois dias e mais de 30 horas de cerradas discussões entre os negociadores brasileiros, Sérgio Amaral e Antônio de Pádua Seixas, e os representantes dos 14 credores do Brasil, membros do Clube.

Em contato ontem, com os jornalistas brasileiros na capital francesa, ambos consideraram excelente o acordo negociado. Essa economia refere-se a juros do segundo semestre de 1988, US\$ 283 milhões do período de 1989, US\$ 682 milhões e mais US\$ 276 milhões do primeiro trimestre de 1990. Outra vantagem assinalada pelo chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, é que, dessa vez, o acordo na área do Clube de Paris, prevê uma consolidação das dívidas até 31 de março de 1990, havendo um prazo de 15 dias para que o novo governo brasileiro fixe sua orientação em relação ao problema ou confirme a anterior.

Outro aspecto importante do acordo é que ele engloba o período relativo ao primeiro semestre de 1987, um total de cerca de US\$ 590 milhões, que havia sido negociado no período anterior, mas cujo reescalamento foi considerado sem efeito pelo não cumprimento das condições previstas no acordo. Essa parte do acordo dependia de um relatório favorável do FMI, mas que acabou sendo considerado insatisfatório.

FIM DE UMA ETAPA

Essa negociação encerra uma etapa, a da normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, depois de um período em que elas estiveram bastante tumultuadas. Agora, o acerto da área externa foi feito, podendo o País se preocupar, prioritariamente, com os problemas econômico-financeiros da área interna, principalmente o relativo à inflação que continua preocupando os credores, pois pode compro-

meter todos os esforços de ajustamento da economia.

Na área do Clube de Paris, os negociadores deverão implementar os acordos bilaterais com os credores, o que terá que ser feito a partir de agora, fixando, caso por caso, as taxas de juros. Ao mesmo tempo, na área dos bancos privados, um esforço suplementar deverá ser feito para promover a adesão do conjunto dos bancos envolvidos com a dívida brasileira ao acordo concluído com o comitê de bancos. Paralelamente, já se prepara a participação do Brasil na reunião do FMI, no final de setembro em Berlim, onde o País poderá aparecer esse ano como "o bom filho que volta à casa". Como se sabe, esse ano o ministro Malison da Nóbrega preside a reunião do Grupo dos 24.

CRÉDITOS DE EXPORTAÇÃO

Outra expectativa com a conclusão do acordo com o Clube de Paris é o restabelecimento do fluxo de créditos de exportação, garantidos pelos governos, beneficiando a economia privada, mas também importantes projetos de setores públicos do governo. Segundo Sérgio Amaral, é preciso lembrar que as regras de cada país e das agências são diferentes, sendo que alguns trabalham com maior flexibilidade do que outros. É o caso, por exemplo, do Eximbank norte-americano, do qual pode-se esperar uma retomada mais rápida, bem como do Eximbank japonês. Já na próxima semana, ele deverá reunir-se, em Brasília, com uma missão econômica do Eximbank japonês que estudará cerca de 19 projetos de investimentos em diversas áreas, implicando ou não na importação de equipamento. Trata-se do dinheiro do plano de reciclagem japonês. Outros países demoram mais tempo. Os projetos precisam ser apresentados, havendo certo prazo de maturação até a fase de financiamento.

De qualquer forma, o resultado obtido junto ao Clube de Paris, na opinião de Antônio de Pádua Seixas, aproxima-se muito do que o Brasil esperava, mesmo tendo apresentado uma proposta maximalista, acima do que foi concedido. Tanto ele como Sérgio Amaral explicam que não pretenderam ir muito além, pois poderiam obter condições ainda melhores, mas as agências de crédito poderiam permanecer fechadas. Não se pode esquecer que o Clube de Paris distingue hoje dois tipos de países. Os da África, por exemplo, têm obtido condições mais vantajosas, mas o fluxo de crédito continua muito limitado. Os países de nível médio, como Argentina e México, constituem uma melhor referência para o Brasil e, em relação a esses países, as condições obtidas pelo governo de Brasília foram mais favoráveis.



Júlio Fernandes/AE - 18/5/88

Amaral e Pádua Seixas, satisfeitos com o acordo